

A PRESENÇA INGLESA NO BRASIL, SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA¹

Lucia Maria Paschoal Guimarães

“O comércio da história possui alguma coisa em comum com o comércio de detergentes, onde facilmente toma-se a novidade pela inovação.”

(Pierre Villar)

Em boa hora, a Associação Nacional dos Professores de História - ANPUH - lançou a obra *“Produção histórica no Brasil: 1985-1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História”*². Fruto de exaustivo levantamento, o trabalho reflete a institucionalização e o crescimento da pesquisa histórica no meio universitário brasileiro. Constitui-se numa oportunidade privilegiada para dar um balanço no chamado *“comércio da história”*, e distinguir a *“novidade da inovação”*, pondo à prova a reflexão de Villar, que nos serve de epígrafe.

¹A versão original deste artigo foi apresentada na Third Conference of the Brazilian Studies Association, King's College, Cambridge, setembro de 1996.

² CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.). *Produção histórica no Brasil: 1985-1994 - catálogo de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em história*. São Paulo : Xamã, 1995, 3v.

Do ponto de vista teórico, o material compilado no “*Catálogo*” espelha certas tendências, que merecem um breve comentário. Em primeiro lugar, há que se salientar que os ecos do colapso do marxismo e do esfacelamento da União Soviética também se fizeram sentir do lado de cá do Atlântico. A partir de 1990, constata-se o declínio da influência dos conceitos marxistas nas teses e dissertações, bem como um progressivo esvaziamento dos estudos da área de história econômica. Em contrapartida, salta aos olhos a acolhida calorosa que as premissas da chamada “*nouvelle histoire*” vêm recebendo do circuito acadêmico³. Sobretudo no que diz respeito à incorporação de “*novos objetos*” ao campo da investigação histórica. No decênio 1985-1994, ganharam um impulso significativo os estudos sobre relações de gênero, o imaginário, a festa, o corpo, e demais manifestações da “*civilização (ou cultura) material*”⁴.

A mesma receptividade, porém, não se observa em relação às ditas “*novas abordagens*”, outra viga mestra da “*nouvelle histoire*”, segundo seus principais mentores, Jacques Le Goff e Pierre Nora⁵. Partindo da hipótese, formulada por esses autores, de que um tratamento inovador seria capaz de “*modificar, enriquecer e subverter os setores tradicionais da história*”⁶, a leitura dos três volumes compilados pela ANPUH revela que certas questões, de reconhecida importância para a nossa historiografia, não experimentaram grandes avanços nos últimos tempos. Melhor dizendo, permanecem atreladas às interpretações clássicas, como é o caso dos estudos acerca da presença britânica no Brasil, que pretendemos focalizar no presente artigo.

³ Sobre os pressupostos da “*Nouvelle Histoire*”, ver LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. “*Apresentação*”. In: _____ (dir.). *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1979. p. 12.

⁴ A expressão é de Hervé Coutau-Begarie. Ver COUTEAU-BEGARIE, Hervé. *Le phenomene “Nouvelle Histoire” : stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris : Economica, 1983. p. 81.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

A exceção das investigações direcionadas para o âmbito da história das relações internacionais, que não serão objeto de nossa análise, verificamos que o assunto não foi alvo das reflexões da última geração de historiadores universitários. Ao que tudo indica, a obra mais recente, voltada especificamente para aquela temática, data de 1968. Trata-se do livro “*Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914*”, escrito pelo brasilianista Richard Graham⁷. Desde então, pelo que pudemos perceber, os autores se limitam a tangenciá-la, ao examinarem os problemas relacionados com a transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, ou quando se dedicam a recuperar a acidentada trajetória da nossa economia, em especial o processo de industrialização do país e seus corolários.

Na historiografia brasileira, em princípio, existe um consenso quando se aborda a origem da presença de capitais e súditos da coroa britânica na Terra de Santa Cruz. Diferentes correntes de pesquisadores consideram-na como uma espécie de legado da velha aliança anglo-portuguesa⁸. Suas bases, por conseguinte, já estariam estabelecidas desde a época da colônia e não sofreram qualquer estremecimento com a emancipação política de Portugal. Pelo contrário, fortaleceram-se nos anos subseqüentes à independência, desfrutando de uma certa estabilidade até as duas primeiras décadas do século XX. Entretanto, ao contrário do que sugerem alguns estudiosos⁹, a “*descoberta*” des-

⁷ Ver: GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1973.

⁸ Esta postura pode ser observada desde os autores oitocentistas como Pereira da Silva, passando por clássicos como Caio Prado Júnior, até historiadores marxistas contemporâneos, a exemplo de Nelson Werneck Sodré. Veja-se, SILVA, J. M. Pereira da. *História da Fundação do Império Brasileiro*. v. II, Paris-Rio de Janeiro: Garnier, 1864. p. 127-129. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8. ed. São Paulo : Brasiliense, 1972. p. 80-81. SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1939. p. 167. Coleção Brasileira, vol. 170.

⁹ Cf. Janaína Amado, “Nota da tradutora”. In: MANCHSTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1973.

sa “*linha de continuidade*” não deve ser atribuída ao Professor Alan Manchester, autor do clássico, “*British preeminence in Brazil*”¹⁰, como veremos a seguir.

Historiadores brasileiros e portugueses desde a segunda metade dos anos oitocentos, citados inclusive pelo próprio Professor Manchester, já vinham revelando pistas da proveniência daquele longo predomínio, que se estendeu por cerca de cento e dezesseis anos¹¹. Os primeiros, a exemplo do Conselheiro João Manoel Pereira da Silva (1817-1897), no livro “*Memórias do Meu Tempo*”, preocuparam-se, principalmente, em analisar as implicações de sua vertente política¹². Isto é, embora reconhecessem que o tratado anglo-brasileiro de 1826 representava a manutenção das convenções firmadas entre Portugal e a Grã-Bretanha em 1815 e 1817, esses intelectuais não se debruçaram sobre os seus efeitos de longa duração, na economia nacional. Centraram-se numa questão de interesse imediato: a perspectiva do enfraquecimento do projeto de consolidação do Império, frente à posição sustentada pelo governo de Londres, de que o tráfico de negros africanos merecia a qualificação de pirataria e como tal deveria ser reprimido. À propósito do *Bill Aberdeen*, relatando uma das inúmeras vezes em que o direito de visita fora exercido por embarcações da marinha inglesa, Pereira da Silva, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresenta a sua versão dos acontecimentos, consoante os moldes de uma historiografia liberal e romântica¹³, afirmando “(...) *Desairoso à dignidade do governo brasileiro, infrator das normas mais comezinhas do direito das gentes, que regula as regalias*

¹⁰ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹¹ Cf. MANCHESTER, Alan. *A Inglaterra assegura direitos preferenciais no Brasil*, p. 73-103.

¹² SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*. vol. I. Rio de Janeiro e Paris, s.d.. p. 99-108.

¹³ Sobre a historiografia romântica e liberal, ver BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris : Éditions du Seuil, 1990. p. 161-162.

*de todas as nações, e tendente a empecer até o comércio lícito, não podia (...) deixar de produzir profunda irritação no Brasil*¹⁴.

Na verdade, a postura britânica contrariava os interesses das classes senhoriais brasileiras, cujos alicerces se firmavam sobre o regime de trabalho escravo. Assim, o “*direito de visita*”, firmado naqueles acordos, seria entendido como uma ameaça ao chamado “*direito dos povos*”¹⁵. O que levou alguns letrados, como o Conselheiro Tito Franco de Almeida (1829-1899) e o publicista Justiniano José da Rocha (1812-1862), também integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a interpretar tal pretensão como uma afronta à soberania de um Estado recém instituído e, por conseguinte, mais fraco¹⁶.

Quanto aos portugueses, há que se destacar o encaminhamento proposto por Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Testemunha da agonia do liberalismo monárquico em sua pátria, ele examinou criticamente os resultados da política externa desenvolvida pelos monarcas da dinastia de Bragança e seus laços de dependência para com a Inglaterra. Neste sentido, ao avaliar a relação custo-benefício, do que significara o apoio da *Corte de Saint James* à solução engendrada pelo Príncipe Regente D. João, para escapar da invasão francesa eminente em 1807, concluiu: “(...) *Mais uma vez a dinastia vendia o reino, como Esaú a primogenitura; mais uma vez, depois de tantas, o bragança para conservar o trono, sacrificava o país*”¹⁷.

¹⁴ Cf. SILVA, Pereira da. *Memórias do meu tempo*, v. 1, p. 136.

¹⁵ Pelo “direito de visita” legitimava-se a atuação da marinha de guerra inglesa, que abordava, vistoriava e capturava embarcações brasileiras a pretexto de combate ao tráfico, bem como a prisão de súditos brasileiros dentro do nosso próprio território, submetidos a julgamento pelo almirantado britânico.

¹⁶ ALMEIDA, Tito Franco de. *O Brasil e a Inglaterra ou o tráfico de africanos*. Rio de Janeiro, 1868. Ver também ROCHA, Justiniano José da. *Inglaterra e Brasil - Tráfico de escravos*. Rio de Janeiro, 1845.

¹⁷ MARTINS, J. P. Oliveira. *Op.cit.*, p. 241.

Oliveira Martins, cujas idéias pendiam para o socialismo¹⁸, assumiu uma postura de vanguarda, ao deslocar o foco do ângulo eminentemente político da questão, para o seu lado econômico. Percebeu que o episódio da transferência da Família Real para o Rio de Janeiro abria uma brecha irreversível, que iria favorecer o caminho da supremacia comercial e financeira da Grã-Bretanha no Brasil:

*“(...) o inglês, (...) que, desde 1640, e principalmente desde 1703, reinava mercantilmente sobre a inépcia portuguesa; o inglês, que agora tinha em Portugal uma coisa sua, (...) sentia o apetite de acompanhar o príncipe-regente ao Brasil, para o defender na América, apropriando-se do resto do império e da riqueza nacional (...). Uma semana apenas, depois de chegar, o príncipe-regente, aconselhado pelo seu protetor abriu os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas: eufemismo de boa economia que queria dizer - à Inglaterra”*¹⁹.

Essa abordagem ainda renderia outros desdobramentos analíticos. Oliveira Martins, ao que tudo indica, lançou as sementes da crítica ao “*laissez faire*”, na historiografia luso-brasileira. Num ensaio publicado em 1881, ele já alertava os seus leitores de que “*(...) as teorias da livre-troca, olhando apenas para o lucro imediato, esquecem as necessidades futuras*”²⁰. Mais adiante, neste mesmo texto, ao focalizar o panorama econômico brasileiro da segunda metade do século XIX, desenhou-lhe um cenário sombrio: “*(...) É mister, porém, não esquecer um fato grave: o desenvolvimento da riqueza no Brasil tem ainda um caráter colonial. O café, que constitui metade das suas exportações, está até certo ponto na condição das antigas minas...*”²¹. Os desdobramentos historiográficos dessas reflexões,

¹⁸ Oliveira Martins publicou em 1870 duas obras a esse respeito: *Teoria do Socialismo e Portugal e o Socialismo*.

¹⁹ Cf. MARTINS, J. P. Oliveira. *História de Portugal II*, p. 240-241.

²⁰ Cf. _____. *O Brasil e as colônias portuguesas*. 2. ed. emendada. Lisboa : Livraria Bertrand, 1881. p. 168.

²¹ Idem.

como demonstraremos oportunamente, apareceriam nas análises dos nossos autores marxistas.

O pioneirismo dos autores acima referidos não minimiza a importância do trabalho “*British Preeminence in Brazil*”, do historiador da Universidade da Carolina do Norte (USA), o Professor Alan K. Manchester, o qual já foi mencionado. A investigação empreendida por este brasilianista fora motivada por um problema contemporâneo. Ele observara que os Estados Unidos, a partir de 1924, se haviam transformado num rival bem sucedido da Grã-Bretanha, passando à condição de principal fornecedor das importações brasileiras. A constatação o induziu a retroceder no tempo e a recuperar, passo a passo, os caminhos daquele primado centenário, que então se findava.

Localizou, inicialmente, a sua gênese no período colonial, nas relações de aliança e amizade, bem como na dependência econômica, que marcavam os vínculos existentes entre a Casa de Bragança e a Corte de *Saint James*. Salientou que, do ponto de vista político, o ápice da influência britânica ocorrera logo após a independência. Convém aqui abrir um breve parêntese, para lembrar que à testa do nascente Estado brasileiro, estava o príncipe português D. Pedro, um representante daquela dinastia, que também se valeu dos préstimos da Inglaterra para o reconhecimento da sua Coroa. Manchester, na trilha que fora aberta por Oliveira Martins, observou que o jovem Imperador não fugiu à regra de seus ancestrais bragantinos, pagando um preço bem elevado pelo “*virtual protetorado londrino*”²². Sobretudo no que se refere à concessão de direitos e privilégios no comércio exterior, o que possibilitou à Grã-Bretanha abocanhar o posto de maior abastecedora dos mercados da antiga possessão portuguesa na América do Sul.

Tal como Pereira da Silva, Tito Franco de Almeida e outros já haviam evidenciado, o autor norte-americano demonstrou que as reiteradas tentativas do *Foreign Office*, para forçar o fim do tráfico

²² MANCHESTER, Alan. *Op. cit.*, p. 192.

negreiro, foram encaradas pelas elites do Império do Cruzeiro do Sul como sinônimo de afronta à autonomia nacional. O que contribuiu para o declínio da influência política de Londres sobre a Corte do Rio de Janeiro. Salientou, contudo, que a sua hegemonia econômica ainda manteve-se inabalada, por longos anos, no comércio de importação, transporte marítimo e investimentos. Quadro que só veio a ser superado na metade da década de 1920, quando a primazia das importações brasileiras deslocou-se transitoriamente para a Alemanha e, logo em seguida, fixou-se nos Estados Unidos da América do Norte.

O livro de Alan Manchester, apesar de se constituir numa referência obrigatória na historiografia brasileira, não emite juízos de valor. Baseado em extensa pesquisa documental, a disposição das fontes coletadas obedece aos tradicionais parâmetros da objetividade histórica²³. Eminentemente descritiva, a contribuição do professor da Universidade da Carolina do Norte não entraria no mérito do papel desempenhado pelos capitais, mercadorias e súditos britânicos no panorama nacional brasileiro. Esse questionamento só veio a aflorar em meados década de 1940, propiciado pelo avanço do capitalismo no país, juntamente com a crescente urbanização e mobilização de massas²⁴. Conjuntura que incitaria nossos historiadores a debater as origens e os problemas estruturais da evolução econômica nacional.

Tributários diretos de Oliveira Martins, os historiadores marxistas ocupariam um papel fundamental nessa discussão. O Professor Caio Prado Júnior (1907-1990), pioneiro no advento dos conceitos do materialismo histórico na historiografia brasileira²⁵, enunciou suas

²³ Sobre os paradigmas de escrita da história, veja-se: BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: _____ (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo : UNESP, 1992. p. 13-15.

²⁴ Cf. MANTEGA, Guido. “Marxismo na economia brasileira”. *História do marxismo no Brasil - Os influxos teóricos*. v. 2, São Paulo : UNICAMP, 1995. p. 108.

²⁵ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1933.

bases num conjunto de obras publicadas entre 1933 e 1945²⁶. Porém, não se deteve no aprofundamento do chamado “*neocolonialismo inglês*”²⁷.

Naquele mesmo ano de 1945, um outro autor marxista, o militar e historiador Nelson Werneck Sodré, “*que exerceu notável influência sobre o comunismo no Brasil*”²⁸, levantou a premissa de que a estrutura colonial de produção mantinha-se inalterada²⁹. Argumentava que este processo histórico só poderia ser rompido através de uma “*Revolução Brasileira*”. O que significava reverter o panorama secular a que o país estava submetido, isto é, de um mero fornecedor de matérias-primas e alimentícias a mercados que lhe impunham os preços e se encarregavam de provê-lo de bens de consumo, alguns bastante elementares³⁰.

Sodré reforçou esses argumentos, através de uma série de estudos onde demonstrava que a fase de subordinação econômica ultrapassara o período colonial, a despeito da emancipação política, uma vez que conservou-se intocada a estrutura anterior. Portanto, dos grilhões do monopólio comercial português, a nascente economia brasileira transferiu-se para as mãos de ferro do capitalismo financeiro de Londres... Por essa via de raciocínio, passou a operar

²⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1945.

²⁷ Cf. FERNANDES, Florestan. “Os enigmas do círculo vicioso”. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento. A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1989. p. 8.

²⁸ Cf. MORAES, João Quartim de. “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: _____ (Org.). *História do marxismo no Brasil - Os influxos teóricos*, p. 80.

²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Leitura, 1945. p. 203-204.

³⁰ Idem, p. 203.

com a categoria histórica de imperialismo, tal como fora formulada por Lenin, para explicar as razões da lentidão do nosso crescimento econômico³¹. Assim, o imperialismo inglês e seus aliados internos - a burguesia mercantil e o latifúndio escravista, constituíram-se no principal obstáculo que teria retardado a emergência de um surto industrial no Brasil³².

As teses defendidas na extensa bibliografia de Nelson Werneck Sodré tiveram grande repercussão no meio acadêmico brasileiro, sobretudo devido à sua militância política³³, mormente para uma certa corrente de estudiosos, afinada com o que Guido Mantega denominou de “*materialismo funcionalista*”³⁴. A Grã-Bretanha, segundo essa concepção, fora percebida como uma espécie de draga, que sugara as forças nacionais no correr do século passado, impedindo que se constituíssem as bases para a consecução de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo. Papel, diga-se de passagem, que, mais adiante, seria atribuído aos Estados Unidos da América do Norte.

Ao radicalismo do “*materialismo funcionalista*” interpunham-se alguns intelectuais, que admitiam a existência de certos traços positivos na ascendência britânica, embora não negassem os seus aspectos nocivos. Esta ambigüidade seria identificada em dois momentos da história brasileira: na preservação da estabilidade do Império, durante a conturbada fase de consolidação do Estado monárquico e, mais tarde, na modernização que se operou no país, a partir da segunda metade do século XIX. No primeiro caso, salienta-se o livro de Caio de Freitas, “*George Canning e o Brasil (Influência da diplomacia*

³¹ V. I. Lenin, “L’Imperialisme stade suprême du capitalisme”, apud SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1964. p. 146.

³² Idem, p. 142.

³³ Veja-se MANTEGA, Guido. *Marxismo na economia brasileira*, p. 108-109.

³⁴ Idem.

inglesa na formação brasileira)''³⁵. No segundo, destaca-se a pesquisa de um compatriota de Alan Manchester, o Professor Richard Graham, o qual já fizemos uma rápida referência³⁶.

O Professor Graham, em princípio, ao contrário do que afirmavam os marxistas, parte da hipótese de que o nosso país experimentou uma etapa de intensas modificações nas suas estruturas econômicas, sociais e políticas no período compreendido entre 1850 e 1914. Na ótica de Graham, esta fase corresponderia ao que ele denominou de "*impulso primário*"³⁷ do processo de desenvolvimento brasileiro. Sua consecução só se tornou possível graças a uma série de contribuições dos ingleses: concorreram diretamente para a expansão da cafeicultura, o que alterou o panorama do arcaico sistema econômico até então vigente; investiram em projetos de infra-estrutura e de industrialização; cooperaram para as transformações no sistema de mão-de-obra, em razão dos seus esforços para abolir o tráfico de escravos; e, exerceram, ainda, uma função de agentes difusores da cultura européia ocidental, transformando hábitos e costumes, divulgando novos conceitos, a exemplo das teorias de Herbert Spencer, modificando, enfim, a mentalidade de uma sociedade marcada pelo tradicionalismo e a imobilidade.

A modernização, contudo, teve um preço elevado, admitiria Richard Graham. Consoante os pressupostos da escola histórico-econômica britânica, que articulam o ideário do liberalismo econômico ao imperialismo e ao subdesenvolvimento, o pesquisador norte-americano reconhece que a defesa das práticas do livre comércio, sustentada pela Inglaterra e compartilhada por certos setores

³⁵ FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil* (Influência da diplomacia inglesa na formação brasileira). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958, 2 v. Coleção Brasileira, n. 298.

³⁶ GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

³⁷ Idem, p. 7.

das elites brasileira, acabou por retardar o crescimento industrial do país. Conclusão que, de certo modo, converge para as interpretações veiculadas por Nelson Werneck Sodré.

Nosso breve exame da presença inglesa na historiografia brasileira completa-se com um trabalho que merece um tratamento à parte. Aos olhos da crítica contemporânea, não temos dúvida em afirmar, essa contribuição, lançada em 1947, responderia às proposições da “nouvelle histoire”. Sobretudo no que diz respeito às “novas abordagens”, enunciadas por Le Goff e Nora. Referimo-nos ao ensaio “*Ingleses no Brasil: Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*”, de autoria do sociólogo Gilberto FREYRE (1900-198)³⁸. Trata-se de um estudo típico, daquilo que Fernand Braudel, anos mais tarde, iria conceituar de “*civilisation matérielle*”³⁹.

O corte temporal estabelecido contempla o espaço de meio século que sucedeu à abertura dos portos, período que corresponde ao ápice da ascendência política e econômica de Londres sobre o Império brasileiro. Os “*Ingleses*” de Freyre, todavia, passariam ao largo da formalidade dos tratados e convenções diplomáticas, das pressões e interesses do imperialismo econômico e do jogo de cena das grandes personalidades. Descontraído, como convém ao bom ensaísta, ele afirmava que historiografia acadêmica já se havia ocupado dessas facetas do problema.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o sociólogo distanciava-se, também, dos esquemas interpretativos convencionais⁴⁰. Sem

³⁸ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro : José Olympio; Brasília : INL, 1977.

³⁹ BRAUDEL, Fernand. “Avant-propos”. _____. *Civilization matérielle, économie et capitalisme XVè-XVIIIè siècle - Les structures du quotidien*. Paris : Armand Colin, 1979. p. 12.

⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*, p. 20.

perder o rigor conceitual que lhe era peculiar, seu registro de intenções apontava, como eixo analítico de trabalho, para o exame do “*processo da interpenetração de culturas*”⁴¹. Ou seja, retomava uma das vertentes exploradas em “*Casa Grande & Senzala*”, publicado em 1933⁴². A propósito deste livro, parece oportuno salientar que o próprio Fernand Braudel reconheceu na sua abordagem o mérito inovador, através de uma significativa citação no clássico livro “*Civilization matérielle, économie et capitalisme Xve - XVIIIe siècle*”⁴³. Mas, voltemos aos “*Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*”, alvo das nossas preocupações.

Gilberto Freyre direcionou sua atenção para uma análise das ações cotidianas de um conjunto de indivíduos e personas, que se estabeleceram entre nós e, despretensiosamente, acabaram deixando suas marcas perenes nos valores e estilos de vida moral e intelectual, estética e material da nossa sociedade. Engenheiros ferroviários, médicos, missionários, pequenos comerciantes, mestres de obras, romancistas, ensaístas e poetas desprezados. Figuras, consideradas ainda mais secundárias, como simples marceneiros, a exemplo de Berenger e Spieler, cabeleireiros, alfaiates, mecânicos, acrobatas, fotógrafos, modistas, *cocottes*, atrizes, cozinheiros. Resgatando os papéis desempenhados e as relações sociais desenvolvidas por esses modestos personagens, o autor pernambucano descobriu os agentes transmissores de uma cultura adiantada, que se plasmou a uma outra, ainda em formação.

⁴¹ Idem, p. 4.

⁴² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro : Maia & Schmidt, 1933. É importante notar que *Casa Grande & Senzala*, cuja edição francesa, em 1953, foi prefaciada por Lucien Febvre. Nessa mesma ocasião, Roland Barthes, ao resenhar o livro, já salientara o caráter inovador da sua abordagem. Cf. BARTHES, Roland. “Maîtres et esclaves”. *Les Lettres Nouvelles*. Paris, 01 mar. 1953, p. 107-108.

⁴³ Veja-se, BRAUDEL, Fernand. *Civilization matérielle, économie et capitalisme XVè-XVIIIè siècle - Les temps du monde*. Paris : Armand Colin, 1979. p. 350.

A inovação, contudo, não se restringe apenas ao modo de apreensão do objeto estudado. Estende-se, também, ao campo da investigação documental. Para encontrar as pistas daquele atores silenciosos, que até então haviam passado despercebidos aos olhos da historiografia, Gilberto precisou deslocar-se dos arquivos oficiais e explorar fontes até então pouco consultadas pelos pesquisadores. Serviu-se, sobretudo, de jornais. Anúncios e reclames, publicados em velhas gazetas e almanaques, constituíram-se nas suas fontes básicas.

Por essa via, identificou um imenso rol de traços culturais que foram acrescentados à vida brasileira, em decorrência do contato com homens, idéias, costumes e objetos de procedência inglesa. Transcrevê-los na sua íntegra, parece-nos desnecessário. À guisa de ilustrar nossas premissas, lembraremos apenas alguns, a exemplo do uso do chá, da cerveja e do pão de trigo. Do bife com batatas, hoje em dia uma refeição de gosto popular. Da instituição do júri e do “*habeas corpus*”. Da residência no subúrbio cercada por jardim. Da adoção do brim branco no traje masculino, do pijama de dormir, do “*water-closet*”. Da introdução de práticas esportivas e recreativas, que substituíram as tradicionais cavalcadas coloniais, a exemplo do turfe, do tênis, da bicicleta, e do próprio futebol.

Do mesmo modo que trouxe à tona os testemunhos da influência inglesa no cotidiano da vida brasileira, o intelectual de Santo Antonio dos Apipucos preocupou-se em revelar o outro lado da moeda. Isto é, como a população local encarou aquele contingente invasor, de pele alva, língua estranha e hábitos diferentes. Concluiu que os choques entre os dois sistemas culturais ocorreram com maior frequência do que se supõe. E neste aspecto, ainda uma vez, sua obra iria subverter as visões tradicionais. Buscou os vestígios da resistência nativa, longe das representações formais dos diplomatas e dos políticos. Descobriu os seus traços mais significativos, no cenário do dia-a-dia das nossas cidades oitocentistas, por meio da atuação de um outro personagem coadjuvante: o popular “*moleque*”. O “*moleque*” se constituiu na figura emblemática da resistência de uma cultura que

se sentia invadida. O “pretinho pequeno”⁴⁴, que servia de mensageiro e prestava serviços das mais diversas naturezas, tanto nos espaços públicos, quanto nos domínios privados. O “*negrinho, pau para toda a obra*”⁴⁵, que privava da intimidade tanto do sala de estar, quanto do porão dos sobrados. Na visão de Freyre, esse “*moleque*”, sorrateiro e irreverente, constituiu-se numa espécie de porta-voz da reação geral à presença britânica. Ele foi, por excelência, o caricaturista do inglês intruso. Quem o insultou nas ruas, macaqueou-o nas troças de carnaval, difundiu os seus apelidos pejorativos, ridicularizando-o em proveito de uma cultura invadida⁴⁶.

Prestes a completar meio século, “*Inglese no Brasil*” está longe de se constituir numa “*novidade no comércio da história*”. Porém, a “*inovação*” de sua abordagem é incontestável, e reclama o reconhecimento das novas gerações de historiadores. Para uma historiografia que se pretende afinada com últimos lançamentos europeus, tomar o livro de Freyre como ponto de partida significa partilhar de uma concepção histórica renovada. O que implica em examinar o papel da influência britânica no Brasil, sob um outro prisma, sem prejuízo do rigor crítico, mas certamente equidistante das ortodoxias do nacionalismo canhestro e do imperialismo opressor⁴⁷.

⁴⁴ Cf. o verbete “moleque”. SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa : Typographia de Antonio José da Rocha, 1884. p. 345.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Cf. FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 4.

⁴⁷ Sobre a questão das “ortodoxias”, ver LAPA, José Roberto Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea (A história em questão)*. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1981. p. 69.